

# educte

Revista Científica do IFAL

---

## EDITORIAL

### **O periódico científico no horizonte da democratização do conhecimento: breves reflexões**

A história da cultura e dos registros do conhecimento é marcada pelo elitismo, que se materializa no acesso limitado à parte privilegiada das sociedades. Com efeito, desde as coleções de tablete de argila, de papiro e de pergaminho, na antiguidade clássica, passando pelo manuscrito, no medievo, o livro impresso chega ao período das luzes como um privilégio de poucos. A nobreza e o clero formaram, tradicionalmente, a minúscula parcela da população que teve acesso aos diversos tipos de registros e de memórias, na história da humanidade, quase sempre, produzidos no interior das oficinas e dos mosteiros e, parte dessas estruturas de poder, muito distantes dos olhos de grande parcela da população.

É certo que, a partir do século XV, notadamente, com a invenção dos tipos móveis por Johannes Gutenberg (1400-1468), assistiu-se a uma verdadeira ruptura com os processos manuais de produção e de divulgação do conhecimento, na medida em que aqueles possibilitaram a mecanização da sistematização e da reprodução de textos, em escala nunca antes vista na história do ocidente. Mas, foi a partir do século XVIII que o mundo assistiu a um crescimento da produção de conhecimento potencializado, sobretudo, pelo movimento iluminista. Tratou-se de ações progressistas de cunho cultural, fundamentadas no racionalismo, que tinham como pretensão a ruptura com a mentalidade, o pensamento e, até mesmo, o sistema medieval ainda bem presente em diversos setores sociais. Nesse período destacam-se as atuações de Diderot (1713-1784) e de D'alambert (1717-1783), que, num projeto ousado de organização do conhecimento, elaboraram a Enciclopédia com o intuito de compilar todo o conhecimento produzido à luz da razão, em oposição à fé, à ideologia e ao pré-conceito medievais. Somaram-se a eles outros filósofos e pensadores iluministas, como Charles-Louis Secondat (1689-1755), conhecido como Barão de Montesquieu ou apenas Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), John Locke (1632-1704) e François Marie Arouet (1694-1778), mais conhecido como Voltaire. Foi de fato um movimento que questionou e procurou superar o absolutismo e os privilégios da nobreza e do clero.

Os ideais liberalistas e progressistas desses pensadores tiveram desdobramentos diversos, alcançando longínquas e diferentes partes do mundo e servindo de referências para a definição da razão europeia como base para a construção do pensamento moderno. Essa condição marca, em grande medida, as organizações sociais, políticas, econômicas e culturais de diferentes partes do

mundo, incluindo os modelos de Estado-Nação. Trata-se de uma construção sócio-histórica que mantém a exclusão de muitos, materializando a relação poder-saber e saber-poder.

Na modernidade, em que pesem outras contribuições no horizonte da democratização do conhecimento, destaca-se o surgimento do periódico científico, que possibilitou a ampliação da produção, da comunicação e da divulgação do conhecimento científico. A partir de Paris e de Londres, onde surgiram, respectivamente, o *Journal des Sçavans* (1665) e o *Philosophical Transactions* (1665), o periódico científico ganha o mundo, substituindo as comunicações particulares, até então, grandemente praticadas por cientistas. Para história do conhecimento científico, esse tipo de publicação é um marco que se caracteriza, notadamente, por formalidade, periodicidade e celeridade na publicação. Trata-se, portanto, de uma fonte de informação que contribuiu para o acesso mais imediato ao conhecimento que está sendo produzido. Contudo, por muito tempo, esteve restrita aos grandes centros de estudos e de pesquisas, quase sempre condicionada à manutenção de uma assinatura estimada em altas cifras.

Malgrado a melhor dinâmica potencializada por este tipo de publicação, o acesso ao conhecimento atravessa os séculos da modernidade com a marca do privilégio, já que grande parte da população, sobretudo de países fundados no apartheid social, como o Brasil, não dispõe, historicamente, de infraestruturas básicas de educação, de saúde e de segurança. Com efeito, a democratização da educação, da informação e, em última análise, do conhecimento é tributária da realidade social em que se inscreve. Embora, no século XXI, vivencie-se o desenvolvimento vertiginoso em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), a democratização do conhecimento, para muitos, ainda é um ideal relativamente distante. Em um país continental, que mantém grandes disparidades na educação, no emprego e na renda, o acesso a diferentes espaços e a meios de produções culturais ainda é um sonho. Então, se os recursos técnico-científicos, quando disponíveis, não são os mesmos para todas as classes sociais, mais do que nunca, essa condição envida esforços em torno de políticas, programas, projetos e ações públicas, concretas e sustentáveis, que busquem, se não superar, pelo menos, mitigar esse estado de coisa.

Não se pode também perder de vista que, atualmente, a sociedade dispõe de uma macroestrutura de tecnologias digitais de informação e comunicação, que mudou comportamentos e se caracteriza, em maior ou menor medida, por mais interação, mais participação, mais compartilhamento, mais criação e, entre outros processos, mais produção e divulgação de conhecimento. Nesse contexto, mais do que nunca, o periódico científico, que ganha formato eletrônico, se mostra como uma fonte de informação privilegiada na promoção da comunicação e da divulgação do conhecimento por uma série de questões, dentre as quais merecem ser citadas a celeridade na publicação e o alcance de usuários em diferentes regiões, ambos condicionados, em grande medida, pelos processos editoriais eletrônicos.

Nesse sentido, destaca-se também a denominada Ciência aberta ou Ciência cidadã, cujas origens remontam o início deste século. A Ciência aberta, entre outros aspectos, propõe o acesso público e a expansão aos dados de pesquisa de forma mais ampliada e democrática. Preconiza também um movimento de livre informação de maneira mais transparente valendo-se dos avanços advindos das tecnologias digitais de informação e comunicação na sua infraestrutura. Assim, a

prática dessa ciência pode possibilitar a um público mais abrangente o conhecimento acerca do que se produz no meio acadêmico de forma mais colaborativa, plural, universalizada e democrática.

Ao manter o Educte, periódico eletrônico de acesso aberto, o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) soma-se àqueles e a outros movimentos de democratização da ciência e do conhecimento. Isso, certamente, por si só, não garante a superação das dificuldades apontadas, destacadamente, porque há outras variáveis bastantes complexas, como mencionado acima, que condicionam a dinâmica do conhecimento. Todavia, não resta dúvida de que a democratização desse pressupõe, além da produção e da publicação, uma ampla e efetiva comunicação.

Então, parabeniza-se à Equipe Editorial deste periódico, além de desejar êxito em seu propósito de democratização da ciência e do conhecimento.

Maceió, 1º de junho de 2023.

**Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza**

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Universidade Federal de Alagoas

edivanio.duarte@ichca.ufal.br